



**MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – MMFDH
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
- SNPIR**

CONSELHO NACIONAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS – CONPCT

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DE 06 E 07 DE DEZEMBRO DE 2022

1 Nos dias seis e sete de dezembro de dois mil e vinte e dois, na plataforma *Microsoft Teams* por
2 videoconferência, foi realizada a 15ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Povos e
3 Comunidades Tradicionais – CONPCT. Estiveram presentes os seguintes conselheiros e
4 conselheiras representantes do governo: **Dia 06/12/2022:** Titular – **Andreza Wincjker Colatto** –
5 Ministério da Cidadania; Titular **Danielle Cristina Lanus** – Casa Civil da Presidência da
6 República; 2ª Suplente **Márcia Aparecida Telles Chaves** – Ministério da Justiça e Segurança
7 Pública; 2ª Suplente **Fernanda Teixeira Frade Almeida** – Ministério da Educação; Titular **Paulo**
8 **Coutinho** – Ministério da Economia; 2º Suplente – **Dannytha Rayres Lopes Câmara** – Secretaria
9 de Governo da Presidência da República; 2º Suplente – **Daniel Luis Dalberto** – Ministério Público
10 Federal; Titular **Raimundo Nonato Pereira da Silva/Taata Konmannaniv** – Associação Nacional
11 Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU); Titular **Maria Jane Soares Targino**
12 **Cavalcante** – Associação Comunitária dos Povos Ciganos de Condado da Paraíba (ASCOCIC);
13 Titular **Carlos Alberto Pinto dos Santos** – Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas
14 Extrativistas e dos Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros
15 (CONFREM); Titular **Adriana de Souza de Lima** – Coordenação Nacional das Comunidades
16 Tradicionais Caiçaras – CNCTC (RJSP-PR); Titular **Samuel Leite Caetano** – Centro de
17 Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA; Titular **Eva Francisca de Jesus Santana** –
18 Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda Charco; 1º Suplente **Santino Lopes de**
19 **Araujo** – Associação Central das Comunidades Veredeiras (ACEVER); 2º Suplente **Pedro de**
20 **Souza Ponce** – Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneira; Titular **Helmar Spamer** –
21 Associação Pomerana de Pancas – APOP; Titular **Maria Ednalva Ribeiro da Silva** – Movimento
22 Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – AMIQCB; 1º Suplente **Valdivino Rodrigues de**
23 **Souza** – Central das Associações e Comunidades Agropastoris de Fundo e Fecho de Pasto da
24 Região de Senhor do Bonfim; 2º Suplente **Beatriz Marques de Lima** – Instituto Ecovida; Titular



25 **Cícero Ferreira de Lima** – Associação dos Vazanteiros do Município de Iatacarambi – AVMI;
26 Titular **Elisa Urbano Ramos** - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste,
27 Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME; Titular **Alicia Santana Salvador** – Movimento das
28 Catadoras de Mangaba – MCM; Titular **Maria de Fátima Alves** – Comissão em Defesa dos
29 Direitos das Comunidades Extrativistas – CODECEX; Titular **João Araújo dos Santos** –
30 Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses; Titular **João Bosco Campos dos Santos** – Grupo de
31 Trabalho Amazônico. Convidados: **Dia 07/12/2022:** Titular – **Andreza Wincjker Colatto** –
32 Ministério da Cidadania; Titular **Danielle Cristina Lanius** – Casa Civil da Presidência da
33 República; 1º Suplente **Aline Renata Araújo de Macêdo Bacelar** – Ministério da Agricultura,
34 Pecuária e Abastecimento; Titular **Dayanna Fagundes Silva** – Ministério da Mulher, da Família e
35 dos Direitos Humanos; 1º Suplente **Rafael Farias Tabares** – Secretaria de Governo da Presidência
36 da República; 2º Suplente **Daniel Luis Dalberto** – Ministério Público Federal; Titular **Carlos**
37 **Alberto Pinto dos Santos** – Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos
38 Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM); Titular
39 **Adriana de Souza de Lima** – Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras –
40 CNCTC (RJSP-PR); Titular **Samuel Leite Caetano** – Centro de Agricultura Alternativa do Norte
41 de Minas (CAA); Titular **Eva Francisca de Jesus Santana** – Associação dos Pequenos Produtores
42 Rurais da Fazenda Charco; 2º Suplente **Pedro de Souza Ponce** – Rede de Comunidades
43 Tradicionais Pantaneira; Titular **Helmar Spamer** – Associação Pomerana de Pancas (APOP);
44 Titular **Maria Ednalva Ribeiro da Silva** – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco
45 Babaçu (AMIQCB); Titular **Cícero Ferreira de Lima** – Associação dos Vazanteiros do Município
46 de Iatacarambi (AVMI); Titular **Elisa Urbano Ramos** – Articulação dos Povos e Organizações
47 Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Titular **Alicia Santana**
48 **Salvador** – Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM); Titular **Maria de Fátima Alves** –
49 Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (CODECEX); 1º Suplente **Dimas**
50 **Gusso** – Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses; Titular **João Bosco Campos dos Santos** –
51 Grupo de Trabalho Amazônico. A Reunião também contou com a presença do Sr. **Helbert**
52 **Garandy Pitorra** (Coordenador-Geral de Conselhos da SNPIR – Secretário-Executivo do CNPIR),
53 no primeiro e segundo dia de reunião. **Dia 06/12/2022 – Abertura** – Dando início aos trabalhos, o
54 Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos cumprimentou a todos. Em seguida foi executado o
55 Hino Nacional Brasileiro. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos questionou se algum



56 conselheiro gostaria de fazer a mística de abertura. Com a palavra, a Conselheira Adriana de Souza
57 de Lima fez a mística e agradeceu a todos. Ato contínuo a Conselheira Maria Jane Soares Targino
58 Cavalcante agradeceu a todos. Seguindo a pauta, o Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos
59 solicitou ao Sr. Helbert Garandy Pitorra que realizasse a verificação da presença e da existência de
60 *quórum* para a instalação do colegiado. O Sr. Helbert Garandy Pitorra agradeceu a todos, ponderou
61 sobre a importância dos trabalhos realizados pelo conselho, sendo necessário continuar. Arrazoou
62 sobre o histórico do país relacionado aos negros, que a luta é contra a servidão e o encarceramento.
63 Agradeceu o trabalho do conselho para os povos tradicionais. Notificou que possui *quórum* para as
64 atividades, porém, não possui *quórum* para deliberações. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos
65 Santos ponderou que, diante da atual situação, não serão tratados os assuntos que precisam de
66 deliberação. Em seguida, foi apresentada a seguinte proposta de pauta e de ordem, do dia seis de
67 dezembro de dois mil e vinte e dois, para votação/aprovação: 14h00 – Mística; 14h10 – Abertura;
68 14h20 – Verificação da presença e da existência de *quórum* para instalação do colegiado
69 (Regimento Interno Art. 8º, § 2º, inciso II Art. 11 inciso I); 14h30 – Leitura e aprovação da ordem
70 do dia (Regimento Interno – Art. 11, inciso IV); 14h40 – Retomada acerca dos impactos da
71 construção da Ponte de Itaparica – Conselheiro Taata Konmannanjy; 15h00 – Inscrições para fala
72 (Regimento Interno – Art. 13); 15h20 – Retomada acerca do assunto das atividades e impactos da
73 mineração nos Estados de Minas Gerais e do Ceará – Conselheiro Samuel Leite (Minas Gerais);
74 15h40 – Inscrições para fala (Regimento Interno – Art.13); 16h00 – Comunidades indígenas do Sul
75 da Bahia sofrendo violações, inclusive ataque de pistoleiros – Presidente Carlos Alberto; 16h20 –
76 Inscrições para fala (Regimento Interno – Art. 13); 16h40 – Informações sobre a retomada das
77 reuniões presenciais, assinatura do Termo de Posse e Preenchimento do Formulário Obrigatório;
78 16h50 – Informes Gerais (Regimento Interno – Art. 11, inciso III). Pauta do dia sete de dezembro
79 de dois mil e vinte e dois: 14h00 – Abertura; 14h10 – Verificação da presença e da existência de
80 Verificação da presença e da existência de *quórum* para instalação do colegiado (Regimento Interno
81 Art. 8º, § 2º, inciso II Art. 11 inciso I); 14h20 – Avaliação do ano de trabalho pelos Conselheiros
82 Nacionais; 15h00 – Aprovação das Atas: 12ª, 13ª e 14ª RO; 15h10 – Denúncia referente a um caso
83 de violência ocorrido com mulheres ciganas no estado da Paraíba – Conselheira Maria Jane; 15h30
84 – Inscrições para fala (Regimento Interno – Art. 13); 15h50 – Aprovação da proposta do calendário
85 de trabalho para o ano de 2023; 16h10 – Inscrições para fala (Regimento Interno – Art. 13); 16h20
86 – Eleição da Comissão Eleitoral; 16h50 – Informes Gerais (Regimento Interno – Art. 11, inciso III);



87 17h00 – Considerações Finais e Encerramento. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos
88 informou que o Conselheiro Taata Konmannanjy não conseguiu comparecer na reunião até o
89 momento, recomendou a prorrogação da pauta do conselheiro até o seu comparecimento e a
90 passagem para o próximo ponto de pauta. Relembrou que os pontos de pauta são antigos e solicitou
91 a fala quanto ao relato do Conselheiro Samuel Leite Caetano. A Conselheira Maria Jane Soares
92 Targino Cavalcante solicitou a antecipação de seu relato pois, no dia posterior haverá uma reunião
93 que ocorrerá no mesmo horário que o previsto para o seu relato. Ato contínuo, o Conselheiro Carlos
94 Alberto Pinto dos Santos concedeu o espaço para a Conselheira discorrer sobre a denúncia referente
95 a caso de violência ocorrido com mulheres ciganas no estado da Paraíba, visto que o Conselheiro
96 Taata Konmannanjy não compareceu à reunião até o momento. Ato contínuo, a Conselheira Maria
97 Jane Soares Targino Cavalcante ponderou que dia 11 ou 12 do mês, em que ela estava em Fortaleza,
98 Ceará, realizando um mapeamento solicitado desde o ano passado, recebeu uma denúncia de uma
99 professora, que enviou o vídeo de violência à duas ciganas próximas de uma loja em Paraíba.
100 Comunicou que enviou a denúncia ao ICMBIO, ao CNPCT, à Procuradoria da Paraíba e à 6ª
101 Câmara em Brasília com ofício de denúncia. Argumentou que a violência não deve continuar e as
102 providências devem ser tomadas, pois podem ocorrer com outras pessoas. Agradeceu o assunto ter
103 sido colocado como ponto de pauta no Conselho. Solicitou o apoio de todos para que o assunto seja
104 averiguado e punido. Depois relatou caso de preconceito que ocorreu com ela. Com a palavra, o Sr.
105 Helbert Garandy Pitorra notificou que o conselho se sentiu sensibilizado e solicitou a todos para
106 visualizar o vídeo. Ressaltou que após o recebimento da denúncia, o assunto foi notificado de
107 imediato para o presidente e que será verificado as providências tomadas pelo Estado quanto ao
108 assunto. Ato seguinte, o Conselheiro Daniel Luis Dalberto cumprimentou a Conselheira Maria Jane
109 Soares Targino Cavalcante por sua conduta quanto ao caso. Acrescentou que não visualizou o
110 vídeo, que esse tipo de violência ocorre há muitos anos e que raramente é visto o tipo de conduta
111 adotada pela Conselheira Maria Jane Soares Targino Cavalcante de buscar os órgãos que possuem o
112 dever legal de agir. Relatou que nos últimos 12 meses denunciou três pessoas por crimes de racismo
113 e violência psicológica contra minorias étnicas, sendo que uma sentença saiu semana passada
114 praticada por agentes públicos e outra saiu há algum tempo. Ponderou que os órgãos que possuem a
115 obrigação devem agir e o conselho é relevante para dar visibilidade e cobrança a esses casos.
116 Solicitou ao conselho verificar se houve resposta da 6ª Câmara quanto ao encaminhamento, se
117 houve uma autuação e se acaso isso não ocorreu, se compromete a trazer esse acompanhamento. O



118 Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos parabenizou a atitude da Conselheira Maria Jane
119 Soares Targino Cavalcante, ponderou que o conselho se solidariza e não compactua com a barbárie.
120 Arrazoou que assim que conseguirem *quórum*, serão feitas deliberações. O Conselheiro Daniel Luis
121 Dalberto questionou o destinatário da denúncia para verificar o andamento. A Conselheira Maria
122 Jane Soares Targino Cavalcante respondeu que enviou ao Sr. José Godoy, procurador em Paraíba, à
123 6ª Câmara e aos conselheiros. Esclareceu que a 6ª Câmara respondeu informando que foi enviado
124 para o estado dela e que iriam acompanhar o caso. Notificou que o procurador José Godoy notificou
125 que em 17 de dezembro que o caso foi protocolado e que seriam fornecidas atualizações. O
126 Conselheiro Daniel Luis Dalberto declarou que conversará com o procurador para verificar o
127 andamento do caso. Com a palavra, a Conselheira Maria Jane Soares Targino Cavalcante enfatizou
128 o desrespeito da imprensa com os ciganos. O Conselheiro Daniel Luis Dalberto propôs que fizesse
129 deliberações quando tivesse *quórum*. Todos concordaram. Foi informado que foi completado o
130 *quórum*. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos sugeriu algumas instâncias para se
131 manifestar por meio de uma recomendação solicitando providências a respeito do assunto.
132 Aconselhou o Ministério Público Federal, a Secretaria de Segurança Pública da Paraíba e o
133 Ministério Público Estadual da Paraíba. O Conselheiro Daniel Luis Dalberto aconselhou o
134 encaminhamento da recomendação ao Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Estado da
135 Paraíba e ao representante da 6ª Câmara no Estado da Paraíba ou na cidade onde ocorreu, dentro do
136 Ministério Público Federal. O Sr. Helbert Garandy Pitorra concordou. O Conselheiro Cícero
137 Ferreira de Lima propôs que fossem informados de maneira mais rápida possível. Encaminhamento:
138 a aprovação da recomendação pelo conselho a ser dirigida ao Ministério Público Federal, ao
139 Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no Estado da Paraíba, à Secretaria de Segurança
140 Pública da Paraíba e ao Ministério Público Estadual da Paraíba. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto
141 dos Santos solicitou a Conselheira Maria Jane Soares Targino Cavalcante o fornecimento das
142 informações necessárias à Secretaria para a recomendação. O Conselheiro Daniel Luis Dalberto
143 aconselhou solicitar aos órgãos mencionados um prazo de 30 dias de resposta para verificar se foi
144 instaurado inquérito policial ou civil para acompanhamento e busca de informações atualizadas. O
145 Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos concordou e notificou que essa solicitação estará na
146 recomendação. Foi iniciada a votação dos impactos da ponte de Itaparica, apresentada na 13ª e 14ª
147 reunião ordinária do conselho, sobre os impactos da mineração para as comunidades tradicionais no
148 Estado de Minas Gerais, impactos da mineração no Ceará e violência contra os ciganos. Não



149 havendo manifestações contrárias ou manifestações, foram aprovados os encaminhamentos
150 relacionados aos casos. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos solicitou a Conselheira
151 Maria Jane Soares Targino Cavalcante, ao Conselheiro Taata Konmannaniv e ao Conselheiro
152 Samuel Leite Caetano o fornecimento das informações necessárias à Secretaria para elaborar as
153 recomendações sobre os assuntos informados e solicitação de prazo para resposta. O Sr. Helbert
154 Garandy Pitorra destacou sua preocupação quanto ao *quórum* e aconselhou antecipar as pautas que
155 necessitam de *quórum*, como a aprovação do calendário, a eleição da comunidade eleitoral e a
156 aprovação das atas. Ao serem questionados sobre as sugestões quanto as recomendações, os
157 Conselheiros Maria Jane Soares Targino Cavalcante, Conselheiro Taata Konmannaniv e ao
158 Conselheiro Samuel Leite Caetano concordaram. O Conselheiro Paulo Coutinho questionou se são
159 quatro recomendações a serem aprovadas e foi confirmado. Em seguida, foi apresentado sobre o
160 calendário de trabalho para o ano de 2023. O Sr. Helbert Garandy Pitorra notificou que em janeiro
161 ocorreria o primeiro encontro da comissão eleitoral, depois a 5ª reunião com o grupo de trabalho
162 Abrace o Marajó (14/02), dia 15 de fevereiro a 5ª Reunião com o grupo de trabalho para
163 reconhecimento de novos seguimentos, dias 16 e 28 de fevereiro o encontro com a comissão
164 eleitoral, dias 09 e 14 de março o encontro com a comissão eleitoral, dias 22 e 23 de março a 16ª
165 reunião ordinária do conselho, dia 29 de março o encontro com a comissão eleitoral, dia 25 de abril
166 o encontro com o grupo de trabalho Abrace o Marajó, dia 26 de abril a reunião com o grupo de
167 trabalho para reconhecimento de novos seguimentos, dia 27 de abril o encontro com a comissão
168 eleitoral e capacitação dos conselheiros nacionais acerca de algum tema de interesse do conselho,
169 dia 24 de maio o encontro com a comissão eleitoral, dia 20 de junho o encontro com a comissão
170 eleitoral, dias 28 e 29 de junho a 17ª Reunião Ordinária do CONPCT, dia 19 de julho a capacitação
171 dos conselheiros nacionais e encontro da comissão eleitoral, dia 26 de julho o 7º encontro com o
172 grupo de trabalho Abrace o Marajó, dia 27 de julho a 7ª Reunião com o grupo de trabalho para
173 reconhecimento de novos seguimentos, dias 02 e 09 de agosto o encontro com a comissão eleitoral,
174 dia 23 de agosto a posse dos conselheiros nacionais – Exercício biênio 2023/2025, dias 13 e 14 de
175 setembro a 18ª Reunião Ordinária do CONPCT, dia 27 de setembro o 8º encontro com o grupo de
176 trabalho Abrace o Marajó, dia 28 de setembro a Reunião com o grupo de trabalho para
177 reconhecimento de novos seguimentos, dia 25 de outubro a capacitação dos conselheiros nacionais,
178 dia 29 de novembro o 9º encontro com o grupo de trabalho Abrace o Marajó, dia 30 de novembro a
179 9ª Reunião com o grupo de trabalho para reconhecimento de novos seguimentos, dias 13 e 14 de



180 dezembro a 19ª Reunião Ordinária do CONPCT. O Sr. Helbert Garandy Pitorra destacou que estão
181 considerando a flexibilidade no calendário. O Conselheiro João Bosco Campos dos Santos
182 parabenizou a iniciativa, mas sentiu falta do dia da eleição. O Sr. Helbert Garandy Pitorra explicou
183 que a comissão eleitoral verifica a data através do edital e estabelece o rito. O Conselheiro Paulo
184 Coutinho parabenizou o trabalho, mas considerou a ocorrência da primeira reunião muito tardia.
185 Sugeriu uma reunião presencial nos dias 07 e 08 de fevereiro de 2023 para auxiliar a agenda. O Sr.
186 Helbert Garandy Pitorra esclareceu que com a transição governamental, tem-se uma concepção de
187 uma nova estrutura de um ministério, não em uma secretaria e nesse sentido se tem uma densidade
188 para a concepção de um novo ministério em função dos novos cargos designados para essa
189 estrutura, o que resulta em um retardo na organização da estrutura. Acrescentou que todo início de
190 gestão não se tem recurso liberado para empenho, lembrou caso de conferência e que existe
191 previsão regimental de reuniões trimestrais. Ressaltou a importância da reunião em dezembro para
192 ter um panorama geral. A Conselheira Adriana de Souza de Lima aconselhou uma reunião
193 extraordinária em fevereiro. O Conselheiro Helmar Spamer concordou e questionou quanto a
194 proposta de posse em 23 de agosto desvinculada da reunião. O Sr. Helbert Garandy Pitorra
195 clarificou que a proposta é a posse ocorrer separada da reunião, esclareceu quanto a ocorrência da
196 posse junto ao encerramento e que pode verificar se posse antecipar a reunião junto a posse. A
197 Conselheira Maria Ednalva Ribeiro da Silva questionou se tem algo no mês de julho. Foi informado
198 as datas do mês. A Conselheira Maria Ednalva Ribeiro da Silva solicitou o envio do calendário
199 quando finalizado e questionou se a eleição seria para os atuais conselheiros ou os novos. O
200 Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos esclareceu que a eleição é para todos. Foi informado o
201 envio do calendário e da pauta para todos os conselheiros. O Sr. Helbert Garandy Pitorra salientou
202 que alguns conselheiros não podem ser reeleitos. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos
203 confirmou. Diante das alegações anteriores, o Conselheiro Paulo Coutinho propôs a reunião
204 extraordinária dia 01 e 02 de março e a manutenção da reunião ordinária. O Conselheiro Carlos
205 Alberto Pinto dos Santos pontuou que deve ser avaliado pois é difícil manter duas reuniões no
206 mesmo mês, sugeriu ter a reunião ordinária dia 01 e 02 de março e retirar a outra reunião do mês. O
207 Sr. Helbert Garandy Pitorra sugeriu utilizar a data do dia 09 de março que ocorre a reunião da
208 comissão eleitoral. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos propôs a reunião dia 07 de
209 março da comissão eleitoral e dias 08 e 09 de março a reunião ordinária do conselho. O Sr. Helbert
210 Garandy Pitorra informou que a reunião do conselho pode ocorrer dia 09 e 10 de março e enfatizou



211 que os representantes da comissão eleitoral devem ser definidos, que devem se dispor a
212 comparecimentos aos locais presenciais, e aconselhou a reunião extraordinária nos dias 09 e 10 de
213 março e reunião da comissão eleitoral no dia 22 de março. O Conselheiro Helmar Spamer ponderou
214 que o trabalho da comissão eleitoral deve ser passado pelo pleno antes de divulgar o edital e com
215 esses prazos não haveria edital. Salientou que a validação do edital em junho seria inviável visto
216 que a posse é em agosto e recomendou antecipar o calendário em junho. O Sr. Helbert Garandy
217 Pitorra concordou e comunicou que estão estudando o último edital para que ele seja o ponto de
218 partida com celeridade e que é inviável antecipar a reunião em junho, pois a comissão deve cumprir
219 vários procedimentos do edital até junho. O Conselheiro João Bosco Campos dos Santos sugeriu
220 que as pessoas indicadas em fevereiro trabalhem em sugestão de minuta do edital. O Sr. Helbert
221 Garandy Pitorra pontuou que os cinco encontros são relevantes para trazer a reunião para o Pleno e
222 que estão verificando o edital anterior para auxiliar. O Conselheiro Paulo Coutinho recomendou
223 aprovar o calendário com a indicação de alteração e outras mudanças em *ad referendum*. O
224 Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos concordou. O Conselheiro Cícero Ferreira de Lima
225 questionou se todas as reuniões da comissão serão presenciais e o Conselheiro Carlos Alberto Pinto
226 dos Santos esclareceu que deve ser avaliado. O Sr. Helbert Garandy Pitorra explanou que as
227 mudanças seriam quanto a retirada das reuniões dia 22 e 23 de março e alteração para os dias 09 e
228 10 de março e o encontro da comissão eleitoral previsto inicialmente para o dia 09 de março de
229 2023, alterar para a data 22 de março de 2023. Foi destacado que falta apenas um conselheiro para
230 alcançar o *quórum*. O Conselheiro Paulo Coutinho propôs que assim que alcançar o *quórum*, a
231 discussão sobre o calendário seja retomada. O Conselheiro Valdivino Rodrigues de Souza
232 cumprimentou a todos e solicitou trazer as situações de conflito fundiários e hídricos que afligem as
233 comunidades de pasto do oeste do estado da Bahia, em especial de Correntina e Santa Maria da
234 Vitória. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos se solidarizou, ponderou que conhece a
235 situação desde 2009 e propôs trazer com mais elementos para a pauta no dia seguinte, o que não
236 impede o conselho verificar com o governo do Estado da Bahia a situação. Verificado o *quórum*, foi
237 iniciada a votação quanto a aprovação do calendário. Não havendo manifestações contrárias, o
238 calendário foi aprovado por todos. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos cientificou que
239 possui sete vagas quanto a comissão eleitoral. O Sr. Helbert Garandy Pitorra esclareceu que a
240 comissão deve haver paridade, com três representantes da sociedade civil, três que representem os
241 órgãos públicos e um que represente o conselho. O Conselheiro Paulo Coutinho e o Conselheiro



242 João Bosco Campos dos Santos se candidataram a comissão eleitoral. O Sr. Helbert Garandy Pitorra
243 clarificou que ainda existem duas vagas a serem preenchidas por representantes de órgãos públicos
244 e duas vagas pela sociedade civil. A Conselheira Dayanna Fagundes Silva se candidatou. O Sr.
245 Helbert Garandy Pitorra clarificou que ainda existe uma vaga a ser preenchida por representante de
246 órgão público, duas vagas pela sociedade civil e uma vaga de indicação direta do Secretário
247 Nacional. A Conselheira Adriana de Souza de Lima se candidatou. Foi questionado se os
248 participantes da comissão eleitoral podem se candidatar como conselheiros nacionais. O Sr. Helbert
249 Garandy Pitorra esclareceu que ao consultar a ConJur, foi destacado que não há conflito de
250 interesses na participação dos conselheiros em exercício na comissão eleitoral, mas existe a
251 prerrogativa que caso o conselheiro se candidate e sua instituição se coloque como concorrente, no
252 momento da análise documental, ele deve se considerar inapto quanto a avaliação que represente
253 sua instituição. Ato contínuo o Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos explicou que a eleição
254 é das organizações e elas indicam os representantes. O Conselheiro Samuel Leite Caetano se
255 candidatou. O Sr. Helbert Garandy Pitorra esclareceu que falta mais um representante do governo e
256 por causa do *quórum*, sugeriu a votação quanto a aprovação dos candidatos e acrescentou que
257 participantes permanentes podem participar. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos
258 esclareceu que o Ministério Público Federal estará como observador nesse processo. Verificado o
259 *quórum*, foi iniciada a votação quanto a comissão eleitoral. Foi aprovado por unanimidade. O Sr.
260 Helbert Garandy Pitorra propôs a deliberação das atas da 12^a, 13^a e 14^a Reuniões Ordinárias do
261 Conselho. A Conselheira Adriana de Souza de Lima salientou que não viu seu nome na primeira
262 ata. Iniciada a votação e não havendo manifestações contrárias, as atas foram aprovadas por
263 unanimidade. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos propôs a retomada dos informes.
264 Comunicou que na Bahia estão ocorrendo problemas climáticos e de ataques de pistoleiros a
265 comunidades indígenas e em conversa com cacique, foi ressaltado o assassinato de jovem de 14
266 anos por pistoleiros e foi solicitada a visita dos conselheiros ao local. Propôs ao conselho analisar o
267 caso e adicionou que o jovem é a 5^a liderança assassinada nesta região nos últimos dois anos.
268 Acrescentou que são áreas de conservação federal, onde está o Parque Nacional do Descobrimento,
269 Parque Nacional do Pau-Brasil e área de expansão da pecuária e da silvicultura do eucalipto e se
270 associa a isso a grilagem de terra, localizado entre os municípios de Prado, Eunápolis, Teixeira de
271 Freitas e Itamaraju no extremo sul da Bahia. Propôs uma missão a visitar as comunidades assim que
272 for possível. Arrazoou que o Governo do Estado da Bahia realizou uma força-tarefa e reduziu, mas



273 que o assunto deve ser analisado. O Conselheiro João Bosco Campos dos Santos informou que está
274 à disposição. O Conselheiro Daniel Luis Dalberto concordou sobre a realização da visita, relatou
275 caso em que foi ao local investigar assassinato de um indígena e propôs que, com a comissão
276 formada, seja enviado um ofício à coordenadora Eliana Torelly da 6ª Câmara, pedindo que ela
277 designe um procurador da República para acompanhar a comissão e o caso. O Conselheiro Carlos
278 Alberto Pinto dos Santos concordou e questionou se deve ter uma provocação específica e o
279 Conselheiro Daniel Luis Dalberto concordou. O Sr. Helbert Garandy Pitorra sugeriu iniciar a
280 votação do ofício ao Governo do Estado da Bahia, Secretaria Estadual de Segurança Pública e à 6ª
281 Câmara. Iniciada a votação sobre a missão da comissão composta pelo Carlos Alberto Pinto dos
282 Santos, o Conselheiro João Bosco Campos dos Santos e o Sr. Helbert Garandy Pitorra em data a ser
283 acordada, sobre ofício a ser encaminhado ao Governo do Estado da Bahia e à 6ª Câmara solicitando
284 acompanhamento e procurador para acompanhar o caso. Foi aprovado por unanimidade. O Sr.
285 Helbert Garandy Pitorra sugeriu ofício a FUNAI para encaminhar representante à missão e propôs
286 como nome da missão: “missão para apuração de violações de direitos de comunidades indígenas
287 ocorridos no Sul do Estado da Bahia”. Foi sugerido pelo Conselheiro Helmar Spamer algum
288 representante da APOINME. A Conselheira Adriana de Souza de Lima reforçou o convite à
289 Conselheira Elisa Urbano Ramos ou outro representante da instituição. O Conselheiro Valdivino
290 Rodrigues de Souza propôs incluir no ofício ao Governo do Estado da Bahia, abordar sobre os
291 desmatamentos próximos as nascentes do estado e à Coordenação de Desenvolvimento Agrário
292 retomar as ações relacionadas as comunidades de fecho de pasto, que parou por causa das ações dos
293 pistoleiros. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos concordou e recomendou relatar mais
294 detalhes na reunião posterior para verificar deliberações, visto que no momento não possui *quórum*.
295 Em seguida, o Conselheiro Samuel Leite Caetano aconselhou o acesso ao documento apresentado
296 no Tribunal Permanente dos Povos sobre o caso e declarou que entrará em contato com
297 representante. Com a palavra, o Conselheiro Valdivino Rodrigues de Souza comunicou que tentará
298 participar da reunião amanhã. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos aconselhou ao
299 Conselheiro Samuel Leite Caetano subsídio a Secretaria sobre a mineração e acerca da elaboração
300 dos documentos que irão fundamentar a solicitação de providências ao Ministério Público Federal
301 em Minas Gerais, Ministério Público Estadual e casos de violência a serem encaminhados a
302 Secretaria de Segurança Pública ou as que considerar pertinente e solicitou uma parte da fala pois
303 possui mais informações. Com a palavra, o Conselheiro Samuel Leite Caetano explicou que se trata



304 dos cinco complexos geo ferruginosos do país: Serra dos Carajás, Caetité, Vale do Rio Peixe Bravo,
305 Bacia do Rio Santo Antônio, Quadrilátero Ferrífero, Morraria de Urucum, com estudo do Instituto
306 Prístino. Ponderou que desde 2009 empresa Sul-Americana de Metais tenta licença para explorar
307 ferro no norte de minas, o que corresponde a 73 comunidades tradicionais geraizeiras do Vale das
308 Cancelas, 230 famílias, que são certificadas pela Comissão Estadual de Povos e Comunidades
309 Tradicionais, previsto no decreto nº 679 de 2018. Relatou que em 2010 o IBAMA decidiu que o
310 licenciamento não poderia prosseguir e foi arquivado. Em 2017 o processo foi retomado pela
311 mineradora e novamente o IBAMA não acatou e foi indeferido. Por outro lado, foi protocolada uma
312 Ficha de Caracterização de Atividade no IBAMA requerendo licenciamento do mineroduto do
313 projeto 01. Ressaltou que as duas vezes foi emitido parecer contrário do IBAMA e que em 26 de
314 julho de 2019 o posicionamento do IBAMA mudou, em que o presidente do IBAMA se posicionou
315 no sentido de não haver problemas quanto ao licenciamento ambiental da mina e do mineroduto de
316 maneira separada. Destacou que não está sendo respeitada as comunidades, que são mais de 540
317 milhões de toneladas de minério, o que pode afetar a água. Foi flagrado um outro processo, que
318 envolve os municípios Rio Pardo de Minas, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas e Grão
319 Mogol, que pequenos grupos começaram a explorar minérios em aluvião. Relatou descaso com as
320 comunidades tradicionais e que está atrelado a grilagem de terras. Enfatizou o risco dessa situação
321 seguir adiante. Ponderou que as comunidades devem questionar se a mineração é a prioridade. O
322 Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos complementou que o caso está ocorrendo mais
323 especificamente no Rio Pardo de Minas, em que foi criada uma RDS e existe uma reserva
324 extrativista. Cientificou que foi apresentado TCSA do Porto Sul, localizado a 60 milhas náuticas da
325 reserva extrativista, que será um dos portos ou o maior de exportação de minério de ferro do mundo
326 nos próximos 10 anos, que chegará a Ferrovia Oeste-Leste e ao mineroduto mencionado. Arrazoou
327 que o TCSA foi feito pelo Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e a empresa.
328 Acrescentou que ficou chocado pois desrespeita as comunidades e qualquer processo de consulta.
329 Ponderou que essa região possui a maior biodiversidade do Atlântico Sul e a reserva possui a maior
330 massa contínua de manguezal do Estado da Bahia. Discorreu que as informações não estão
331 chegando as comunidades tradicionais e que o conselho deve pedir providências ao Ministério
332 Público Federal, pois é uma situação de extrema gravidade. O Conselheiro Samuel Leite Caetano
333 pontuou que existem estudos de exploração de locais com maior profundidade. Foi questionado se
334 existe estudos de impacto ambiental. Foi citado caso de Porto Iguazu que poderia subsidiar. O



335 Conselho Samuel Leite Caetano notificou que o instituto Prístino fez o estudo e sugeriu o
336 instituto, mas a empresa quer contratar uma empresa para fazer o estudo. Foi questionado se alguma
337 universidade ou algo relacionado apontou problemas de licenciamento. O Conselheiro Carlos
338 Alberto Pinto dos Santos confirmou, mas não considerando a região como um todo. Foi
339 questionado se alguma universidade ou algo relacionado apontou problemas de licenciamento
340 quanto ao Porto. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos negou. O Conselheiro Samuel
341 Leite Caetano destacou fala de cacique. A Conselheira Eva Francisca de Jesus Santana concordou
342 com o Conselheiro Samuel Leite Caetano, relatou que a situação está afetando a sua comunidade e
343 afetará mais ainda a situação, solicitou ao Conselheiro Samuel Leite Caetano os documentos que
344 possui para ter mais conhecimento sobre o assunto. Pontuou que o rio contaminado pode afetar o
345 município. O Conselheiro Cícero Ferreira de Lima questionou se o Rio São Francisco desagua na
346 região e foi negado. O Conselheiro Cícero Ferreira de Lima destacou sua preocupação com as
347 enchentes no São Francisco. O Conselheiro Daniel Luis Dalberto sugeriu um relatório apontando os
348 problemas, como o fatiamento dos projetos para os conselhos enviar aos canais competentes. Ato
349 contínuo, o Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos cientificou que o encaminhamento sobre o
350 assunto foi aprovado, sobre a busca de mais informações e solicitaram ao ICMBIO. O Conselheiro
351 Daniel Luis Dalberto salientou que neste caso o princípio da precaução que inverte o ônus da prova.
352 O Conselheiro Samuel Leite Caetano aconselhou um TAC para a construção de equipe
353 multidisciplinar. O Conselheiro Paulo Coutinho sugeriu o conselho articular e fornecer visibilidade
354 as comunidades, universidades e órgãos relacionados para verificar os impactos. O Conselheiro
355 Carlos Alberto Pinto dos Santos pontuou que pode convidar o Ministério Público do local para
356 debater o assunto. O Conselheiro Samuel Leite Caetano propôs convidar antropólogo e Instituto
357 Prístino. O Conselheiro Daniel Luis Dalberto ressaltou que deve ser feito relatório e convocar
358 procuradores da 4ª Câmara, 6ª Câmara e das áreas ambientais. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto
359 dos Santos concordou que deve haver maior discussão. O Sr. Helbert Garandy Pitorra solicitou o
360 comparecimento dos conselheiros às 14:00, agradeceu aos conselheiros nacionais pelas
361 informações, a equipe e ao Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos. O Conselheiro Samuel
362 Leite Caetano ressaltou a importância da reunião. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos
363 agradeceu a todos e encerrou a reunião. **Dia 07/12/2022 – Abertura:** O Conselheiro Carlos Alberto
364 Pinto dos Santos iniciou a reunião, cumprimentou a todos e questionou se alguém gostaria de
365 realizar a mística da reunião. O Conselheiro Samuel Leite Caetano parabenizou a condução do Sr.



366 Helbert Garandy Pitorra e do Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos na reunião anterior. O
367 Sr. Helbert Garandy Pitorra agradeceu. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos apresentou
368 dois pescadores: o Sr. Florivaldo Mota Rocha que se apresentou como pescador do Amapá e
369 Coordenador Nacional do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais e a Sra. Josana Pinto
370 da Costa, pescadora artesanal, moradora da comunidade Amador, no Pará e que compõe a Direção
371 Nacional do Movimento Nacional de Pescadores. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos
372 esclareceu que a reunião é híbrida. Seguindo a pauta, solicitou ao Sr. Helbert Garandy Pitorra que
373 realizasse a verificação da presença e da existência de *quórum* para a instalação do colegiado. O Sr.
374 Helbert Garandy Pitorra esclareceu que 15 conselheiros estão presentes, portanto, não possuem
375 *quórum* para deliberação e que de acordo com o Regimento Interno deve ser aguardado 5 minutos
376 para verificar se possui *quórum*. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos questionou se
377 algum conselheiro possuía algum informe e a Conselheira Maria Ednalva Ribeiro da Silva se
378 pronunciou. A Conselheira Maria Ednalva Ribeiro da Silva esclareceu que não está presente na
379 reunião presencial pois está ocorrendo uma Assembleia Regional do Movimento Interestadual das
380 Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB), que estão presentes em quatro estados: Pará, Tocantins,
381 Maranhão e Piauí, mas se dividem em cinco regiões. Complementou que se dividem em cinco
382 assembleias regionais para a preparação do Encontro Nacional das Quebradeiras de Coco Babaçu,
383 que ocorrerá no próximo ano e que a abertura do encontro ocorrerá hoje. Em seguida, iniciou a
384 discussão sobre Informações sobre a retomada das reuniões presenciais, assinatura do Termo de
385 Posse e Preenchimento do Formulário Obrigatório. O Sr. Helbert Garandy Pitorra esclareceu que
386 está previsto para participação presencial no dia 21 conselheiros da sociedade civil, mas que por
387 causa da impossibilidade alguns declinaram e irão participar de maneira virtual, mas muitos não
388 assinaram o termo de posse, que as informações devem ser atualizadas e validadas, pois pode afetar
389 a prestação de contas. Relatou que os Conselheiros Gideon Francisco dos Santos, Tainara
390 Nascimento Vidal, Patrícia Santos de Jesus, Michel Luiz Kriston, Joaquim Correa de Souza Belo,
391 Elena Gomes da Silva, Maria Auxiliadora Carvalho Sousa, Eido Moreira Barreto, Edna Maria
392 Costa e Silva, Edne Wagner Ribeiro constam como pendente na assinatura do Termo de Posse e
393 preenchimento do formulário obrigatório. Informou que a secretaria está a disposição e que
394 solicitou que não esperem para a próxima reunião. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos
395 ressaltou o trabalho da secretaria para auxiliar na demanda e a importância do assunto. O
396 Conselheiro Samuel Leite Caetano parabenizou o trabalho da secretaria e salientou a importância de



397 assinar o termo e preencher o formulário. O Conselheiro Cícero Ferreira de Lima ponderou que
398 muitos desconhecem a importância do trabalho do conselho. A Conselheira Maria Ednalva Ribeiro
399 da Silva pontuou que verificará quanto as pessoas relacionadas a sua área. O Sr. Helbert Garandy
400 Pitorra solicitou comunicar a secretaria para informar o contato. A Conselheira Alicia Santana
401 Salvador questionou o que pode ser feito para auxiliar para verificar quanto as duas suplentes que
402 não assinaram o termo e não preencheram o formulário e o Sr. Helbert Garandy Pitorra solicitou
403 contatar a secretaria. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos iniciou a avaliação do
404 conselho, pois o Conselheiro Taata Konmannanjy está com dificuldades de comparecer à reunião. O
405 Conselheiro João Bosco Campos dos Santos pontuou que sua avaliação é positiva, apesar das
406 dificuldades, parabenizou a todos, relatou problemas de saúde e que a luta deve continuar. O
407 Conselheiro Samuel Leite Caetano salientou as dificuldades enfrentadas na pandemia, as
408 dificuldades do conselho e das comunidades tradicionais. Parabenizou o Conselheiro Carlos Alberto
409 Pinto dos Santos pela condução das reuniões e enfatizou a importância do conselho para as
410 comunidades. A Conselheira Eva Francisca de Jesus Santana pontuou que foi difícil para o
411 conselho, mas a resistência foi maior, parabenizou o Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos
412 pela condução e à secretaria pelo desempenho e esforço. Ponderou que acompanhou o tratamento
413 do Conselheiro João Bosco Campos dos Santos e que orou por ele. Se desculpou pelas faltas devido
414 a problemas de saúde. Ato contínuo a Conselheira Maria Ednalva Ribeiro da Silva discorreu sobre
415 as dificuldades na pandemia, argumentou que o conselho fez o possível e agradeceu a reunião. O
416 Conselheiro Cícero Ferreira de Lima destacou sobre a eleição virtual, dificuldade de manutenção do
417 conselho, agradeceu a equipe por auxiliar na documentação e que estão organizando para a próxima
418 eleição. O Conselheiro Daniel Luis Dalberto parabenizou a todos, ressaltou que o conselho fornece
419 empoderamento, que deve lutar pelas pautas, relatou caso de estudo com os povos tradicionais. A
420 Conselheira Adriana de Souza de Lima agradeceu a todos, registrou homenagem aos caiçaras que a
421 antecederam e enfatizou a importância do conselho. A Conselheira Alicia Santana Salvador
422 agradeceu a todos, salientou os impactos da pandemia na instituição que participa e no conselho,
423 como a adaptação ao mundo virtual e existência de doenças. Parabenizou o conselho, pontuou que
424 acredita no conselho desde 2009 para representar as comunidades e informou que há 15 dias a
425 instituição que representa perdeu companheiro. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto dos Santos leu
426 comentário sobre avaliação do conselho. A Conselheira Elisa Urbano Ramos ponderou que esse
427 conselho possui um diferencial: a harmonia na luta pelas comunidades tradicionais. Parabenizou a



428 secretaria e ao presidente pela condução e contribuição, desejou feliz ano novo a todos e que o
429 clima de harmonia continue. O Conselheiro Helmar Spamer pontuou que esse espaço é um espaço
430 de conquista, de luta e de desafio. Relatou momentos emblemáticos do conselho, como a pandemia,
431 em que houve dificuldade com a tecnologia, lembrou o pleito de novos seguimentos e a
432 importância da condução do conselho, e declarou que muitos desafios foram superados. Agradeceu
433 a todos. O Conselheiro Pedro de Souza Ponce agradeceu a todos e declarou que está à disposição. O
434 Sr. Helbert Garandy Pitorra agradeceu a todos, lembrou de situação em que estava de luto.
435 Adicionou que coordena equipe de mulheres e que fazem entregas de excelência. Relatou
436 problemas de saúde depois da pandemia, ponderou que conseguiu aprender com todos. Foi
437 agradecido a todos. A Sra. Camila agradeceu a todos e declarou que está à disposição. A Sra.
438 Fabiana ressaltou a importância da pauta e agradeceu a todos. O Conselheiro Carlos Alberto Pinto
439 dos Santos agradeceu a toda a equipe do ministério, a sua família e ao Sr. Helbert Garandy Pitorra,
440 pontuou que não sabe se irá continuar na presidência e que o representante deve continuar na luta.
441 Desejou um feliz natal e um próspero ano novo a todos. Ressaltou trecho bíblico e viagens
442 realizadas. O Sr. Helbert Garandy Pitorra destacou a importância do Secretário Nacional. Convidou
443 os conselheiros para conhecer a estrutura, desejou um feliz natal e feliz ano novo. O Conselheiro
444 Carlos Alberto Pinto dos Santos agradeceu a participação e comprometimento de todos e encerrou a
445 15ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – CONPCT.